

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

2014 foi um ano marcado pelos desafios impostos aos mercados financeiros internacional e brasileiro. Mesmo diante desse cenário, a BRADESPAR, se manteve fiel ao seu principal objetivo de concentrar esforços para alcançar melhores resultados por meio de suas investidas - a VALE e a CPFL Energia.

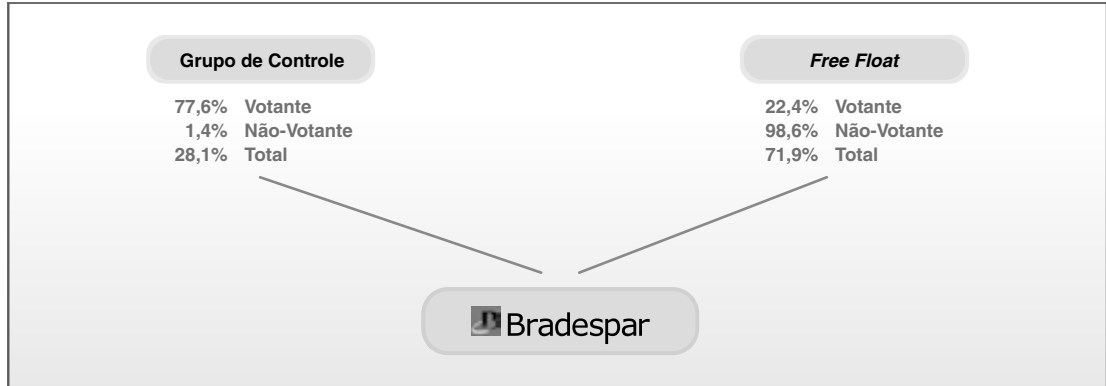
No exercício, aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, a BRADESPAR destinou, R\$ 580,5 milhões, 26,0% superior aos R\$ 460,8 milhões pagos em 2013.

A VALE, principal investimento da BRADESPAR, diante da acentuada queda do preço das *commodities* no mercado mundial, especialmente de minérios e metais, foi afetada nos seus indicadores financeiros. Ainda assim, obteve excelente desempenho operacional, com a produção de minério de ferro atingindo recorde histórico de 319,2 milhões de toneladas, alta de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Alado a isso, a VALE lançou várias iniciativas bem-sucedidas para melhoria dos seus custos e despesas, alavancando suas vantagens competitivas. Ressalta-se que a ativa participação da BRADESPAR no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento da VALE, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., vem contribuindo para a tomada de decisões estratégicas, visando à minimização de custos, a reavaliação do programa de investimentos e a preservação do caixa, com a busca pelas opções de crescimento mais rentáveis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTRUTURA ACIONÁRIA

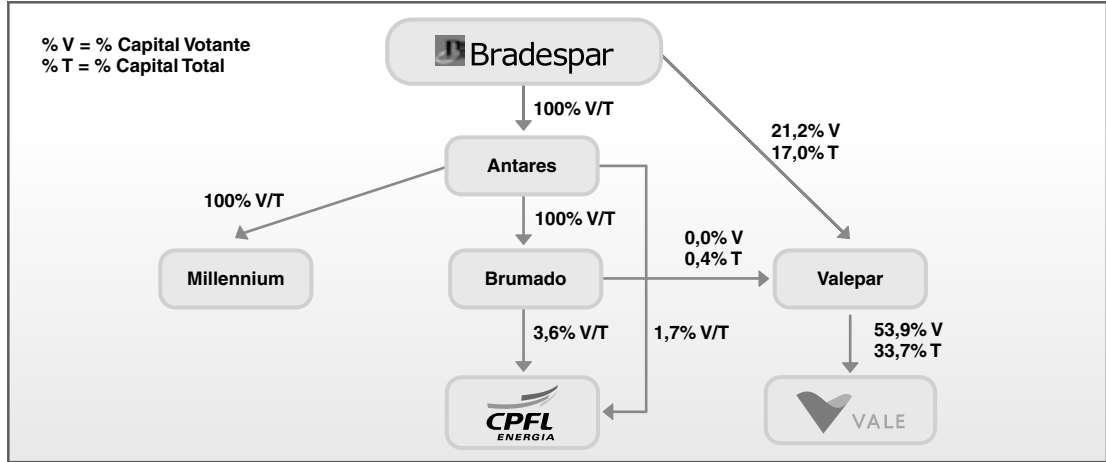
Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ordinárias e 227.024.896 preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:



Grupo de Controle composto por: Cidade de Deus - Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 - a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. -, a BRADESPAR tem, atualmente, seus investimentos concentrados na VALE e na CPFL Energia. Ao final do exercício, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 6,7 bilhões.



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	4T14	4T13	Variação %	2014	2013	Variação %
Equivalência Patrimonial	(318.348)	(897.795)	-64,5%	(69.741)	(117.182)	-40,5%
Juros Ações Resgatáveis	15.395	32.783	-53,0%	91.695	142.198	-35,5%
Dividendos de Investimentos	-	-	-	51.998	43.014	20,9%
Receita Operacional	(302.953)	(865.012)	-65,0%	73.952	68.030	8,7%
Despesas de Pessoal	(1.308)	(3.904)	-66,5%	(4.212)	(6.772)	-37,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.253)	(1.622)	-22,7%	(3.241)	(5.458)	-40,6%
Despesas Tributárias	(15.833)	(16.210)	-3,6%	(37.495)	(36.206)	3,6%
Despesas/Receitas Financeiras	(20.458)	(20.219)	1,2%	(86.909)	(65.826)	32,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	28.591	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	(341.605)	(906.967)	-62,3%	(29.314)	(46.232)	-36,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.541)	6.579	-	130.797	(1.477)	-
Resultado do Período	(343.146)	(900.388)	-61,9%	101.483	(47.709)	-

Receita Operacional

Como Companhia de investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da Valepar/VALE, juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da CPFL Energia S.A.

Cumprir destacar que, em 2014, a VALE foi afetada por ajustes contábeis não recorrentes, contribuindo desfavoravelmente para seus resultados, que incluem, principalmente, perdas com variações monetárias e cambiais, *impairment* de ativos e perdas nos *swaps* de moedas e taxas de juros, entre outros. No entanto, foi um período em que a empresa apresentou forte desempenho operacional, com recordes anuais de produção de minério de ferro, cobre, ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Ressalte-se ainda o esforço de corte de custos, disciplina nos investimentos e foco no *core business*. O resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 467,6 milhões, totalizando uma receita operacional ajustada de R\$ 611,3 milhões.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou, em 2014, receita operacional de R\$ 74,0 milhões, composta por R\$ 69,7 milhões de equivalência patrimonial negativa da Valepar/VALE, R\$ 91,7 milhões de juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e R\$ 52,0 milhões de dividendos recebidos da CPFL Energia.

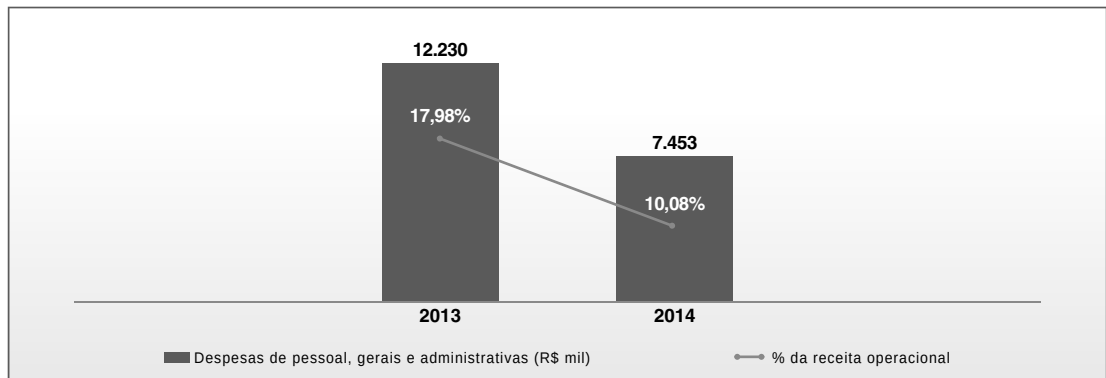
Resultado Financeiro

As despesas/receitas financeiras da BRADESPAR, em 2014, atingiram R\$ 86,9 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que foi, na média, de 8,06% em 2013 para 10,81% em 2014, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2014, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 4,2 milhões, com redução de 37,8% em relação ao ano anterior.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 3,2 milhões em 2014, inferiores em 40,6% ao mesmo período do ano anterior.



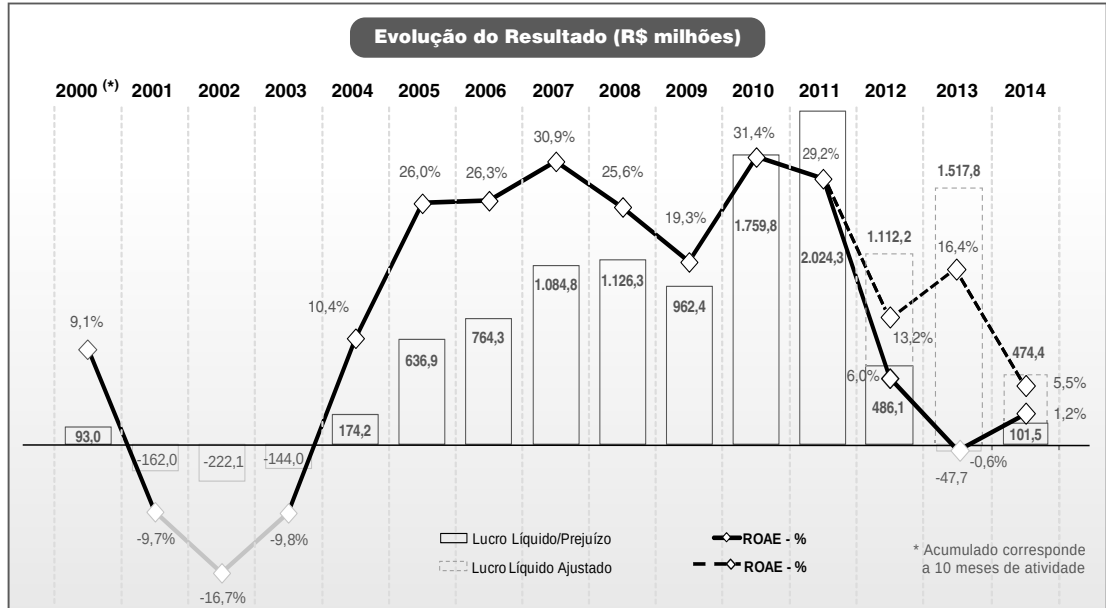
Resultado do Exercício

O lucro líquido ajustado da BRADESPAR, em 2014, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 474,4 milhões.

Na VALE, esses ajustes contábeis referem-se, principalmente, a perdas com variações monetárias e cambiais, *impairment* de ativos e perdas nos *swaps* de moedas e taxas de juros, entre outros, totalizando R\$ 9,1 bilhões, impactando negativamente em R\$ 537,3 milhões o resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR.

Cumprir destacar que a BRADESPAR, com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) ocorrida em agosto de 2014, referente a não inclusão nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas, registrou impacto positivo de R\$ 164,3 milhões no seu resultado contábil.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 101,5 milhões no ano.



Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

Lucro Líquido Ajustado = Lucro Líquido excluindo os efeitos não caixa de itens não recorrentes.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A BRADESPAR busca elevar a previsibilidade de seus acionistas quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, razão pela qual tem praticado a "Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas", garantindo, conforme disposto no Estatuto Social, a distribuição de no mínimo 30,0% do lucro líquido nos termos da Lei societária.

Em fevereiro de 2014, a BRADESPAR anunciou proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima em Reais, distribuída na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a US\$ 250,0 milhões para o ano 2014.

O pagamento foi dividido em duas parcelas de US\$ 125,0 milhões, pagas em maio e novembro, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia anterior ao das reuniões do Conselho de Administração, ocorridas em 28 de abril e 31 de outubro de 2014, conforme demonstrado abaixo:

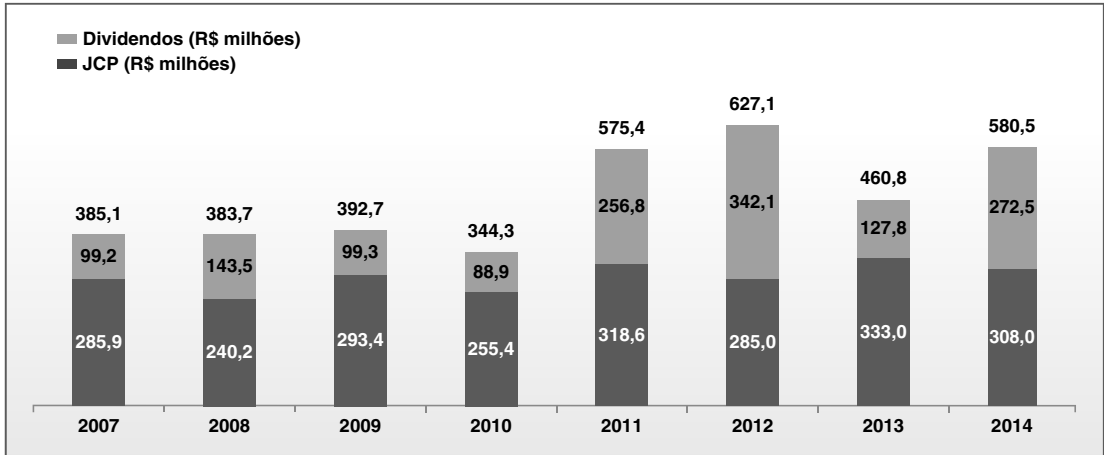
	1ª Parcela da Remuneração Anual Mínima			2ª Parcela da Remuneração Anual Mínima		
	Juros (*)	Dividendos	Total	Juros (*)	Dividendos	Total
Juros (*)	123.000.000,00	-	123.000.000,00	185.000.000,00	-	185.000.000,00
Dividendos	-	156.062.500,00	156.062.500,00	-	116.487.500,00	116.487.500,00
Subtotal	-	279.062.500,00	279.062.500,00	-	301.487.500,00	301.487.500,00
Total	-	279.062.500,00	279.062.500,00	-	301.487.500,00	301.487.500,00

	Por ação em R\$			
Espécie	1ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 15.5.2014)	2ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 14.11.2014)	Total	
	Juros (*)	Dividendos	Juros (*)	Dividendos
ON	0,330422717	0,419240612	0,496977257	0,312927774
PN	0,363464990	0,461164674	0,546674984	0,344220552

(*) Valores Brutos

Cumprir destacar que os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014, no montante de R\$ 580,5 milhões, foram superiores em 26,0% à Remuneração Anual Mínima paga em 2013, no valor de R\$ 460,8 milhões, representando o segundo maior valor anual já pago na história da Companhia.

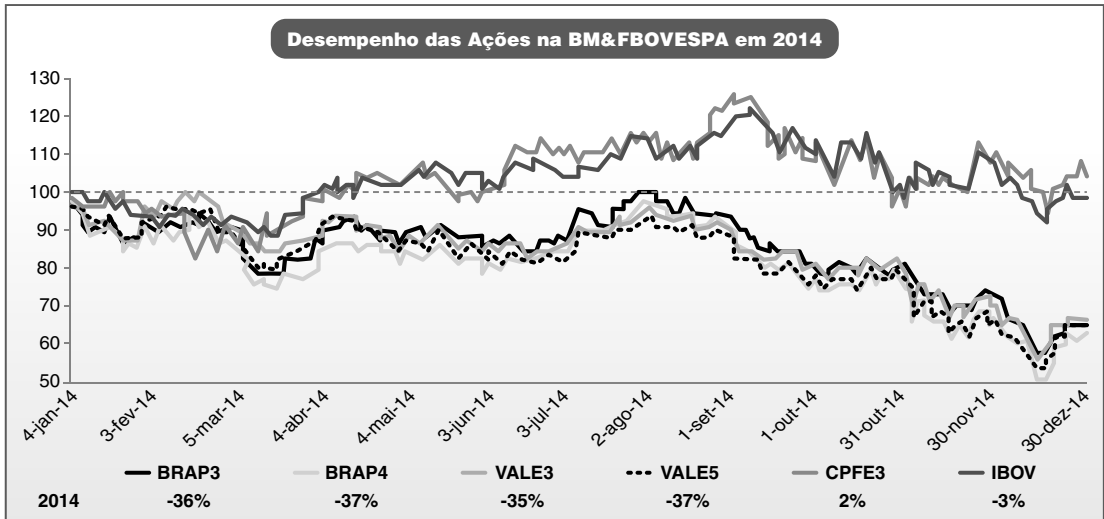
Em fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima no valor equivalente a US\$ 140 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Ptax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, previstas para os dias 24 de abril e 30 de outubro de 2015.



MERCADO DE CAPITALIS

As ações do capital social da BRADESPAR são listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN). As ações preferenciais integram o índice Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Além disso, por aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa, desde 2001, a BRADESPAR passou a integrar o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa.

Para ampliar as alternativas de transação, a BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha -, em Euros, por meio do Programa de *Depository Receipts* (GDRs).

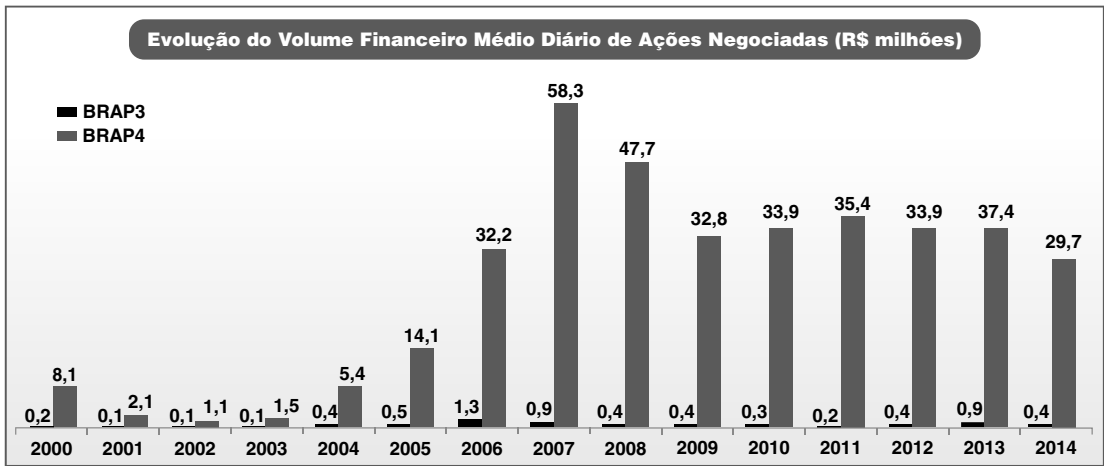


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economática

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais (BRAP4), de emissão da BRADESPAR, negociada em 2014, situou-se em R\$ 29,7 milhões. O número de negócios realizados com a BRAP4 na BM&FBOVESPA aumentou 10,6%, passando de uma média diária de 5.299 negócios, em 2013, para 5.861 negócios, em 2014.



Fonte: Economática

Prêmio/Desconto

Ao final de 2014 o valor de mercado das participações detidas pela BRADESPAR somou R\$ 7,6 bilhões, sem considerar qualquer prêmio de controle para participação na VALE. Desse total, 87,6% são referentes ao investimento na VALE e 12,4% referentes ao investimento na CPFL Energia.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, por sua vez, deduzido-se a Dívida Líquida de R\$ 854,0 milhões, apresentou um desconto de 30,0%.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR

(preços de fechamento em 30/12/2014)

	Participação da BRADESPAR				
	Cotação em 30.12.14 (R\$/ação)	Quantidade de Ações	% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)
Companhias					
VALE ON (1).....	21,91	299.380.600	5,81%	6.559.429	2.469.479
VALE PNA (1).....	19,23	3.547.702	0,07%	68.222	25.684
CPFL-E ON.....	18,49	50.541.820	5,25%	934.518	351.825
Valor dos Ativos da BRADESPAR (A).....				7.562.169	2.846.988
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2).....				(863.999)	(321.512)
Caixa da BRADESPAR.....				310.114	116.751
Dívida Bruta da BRADESPAR.....				(1.164.113)	(438.263)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B).....				6.708.170	2.525.476
Valor de Mercado da BRADESPAR (D).....				4.693.453	1.766.980
Ações Ordinárias (BRAP3).....	11,81	122.523.049		1.446.997	544.762
Ações Preferenciais (BRAP4).....	14,30	227.024.896		3.246.456	1.222.218
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D).....				2.014.717	758.496
Desconto (3).....				30,0%	623.191

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 30/12/2014.

(3) (Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1

continua...

**Sumário
Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
BANCO BRADESCO BBI SA	26
BRADESPAR SA	21
DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERACAO PARANAPANEMA S.A.	12
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	2



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 53
São Paulo, sexta-feira, 20 de março de 2015

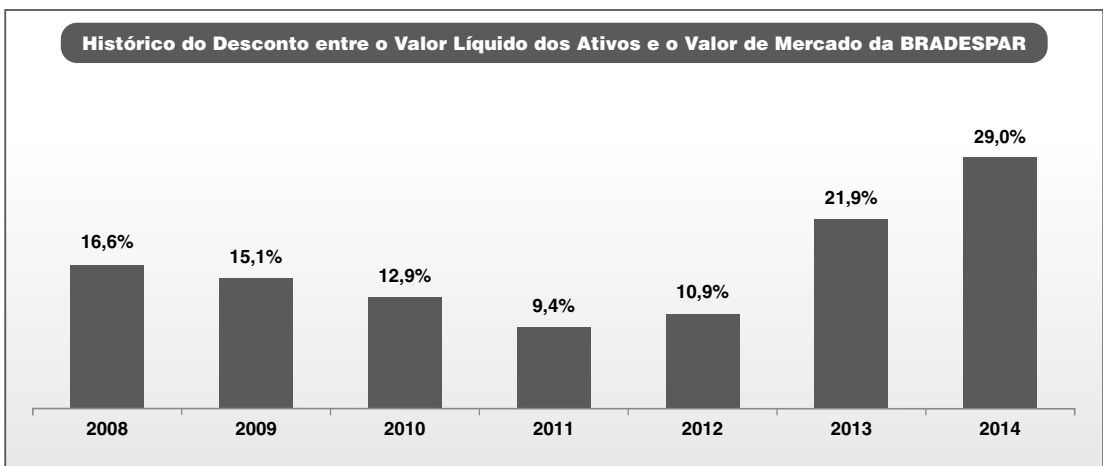
Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

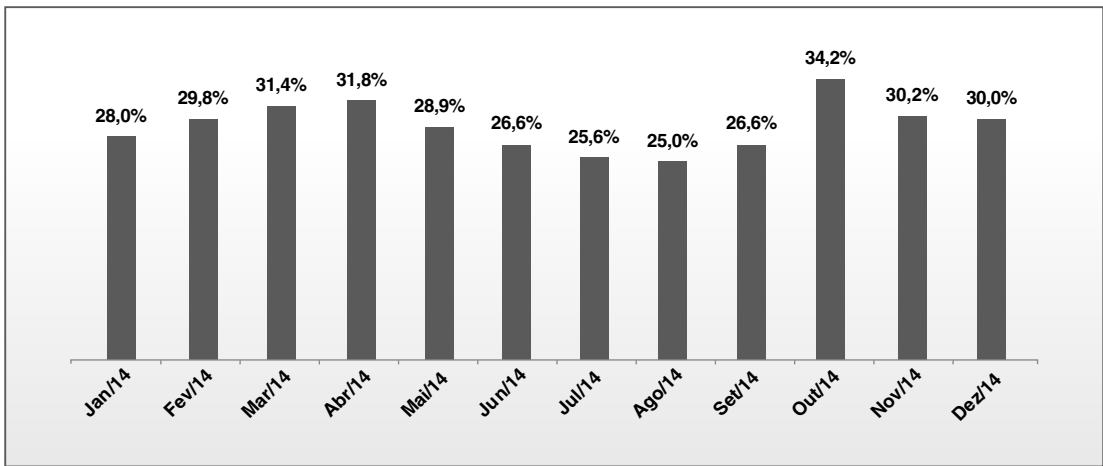
BALANÇO	
BANCO BRADESCO BBI SA	26
BRADESPAR SA	21
DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERACAO PARANAPANEMA S.A....	12
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	2

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
ATIVO	405.350	848.365	948.974
CIRCULANTE	405.350	848.365	948.974
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	75.047	139.598	312.003
Recebíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	376.493	307.418
Valores a Receber (Nota 18a)	330.303	332.274	329.131
NÃO CIRCULANTE	9.783.607	9.591.618	9.649.945
Realizável a Longo Prazo	184.460	161.747	1.434.623
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 16a)	-	-	934.518
Recebíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	-	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13)	179.095	139.083	187.192
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	5.365	22.664	5.365
Investimentos (Nota 9)	9.599.123	9.429.844	8.522.846
Imobilizado	24	27	24
TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	65.582	23.092	57.595
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	53.626	(2.774)	(69.741)
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	27.219	74.133	91.695
Dividendos de Investimentos (Nota 18c)	-	-	51.998
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18d)	(7.386)	(12.061)	(7.453)
Despesas Tributárias	(36.468)	(36.206)	(37.495)
Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas (Nota 18e)	28.591	-	28.591
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	65.582	23.092	57.595
Receitas Financeiras (Nota 14)	36.485	27.123	48.158
Despesas Financeiras (Nota 14)	(134.960)	(97.906)	(135.067)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.893)	(47.691)	(29.314)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	134.376	(18)	130.797
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)	101.483
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):			
Resultado por ação ordinária	0,27	(0,13)	0,27
Resultado por ação preferencial	0,30	(0,14)	0,30

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		2014	
	2014	2013	2014
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)	101.483
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	382.837	386.479	382.837
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(20.015)	(77.057)	(20.015)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	402.852	463.536	402.852
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	484.320	338.770	484.320

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO RECEITAS	28.591	-	28.591
Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais	28.591	-	28.591
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.984)	(5.139)	(3.051)
Serviços de Terceiros	(1.876)	(3.968)	(1.886)
Outros	(1.108)	(1.171)	(1.165)
VALOR ADICIONADO	25.607	(5.139)	25.540
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	117.330	98.482	122.110
Resultado de Equivalência Patrimonial	53.626	(2.774)	(69.741)
Juros de Ações Resgatáveis Preferenciais	27.219	74.133	91.695
Dividendos de Investimentos	-	-	51.998
Receitas Financeiras	36.485	27.123	48.158
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	142.937	93.343	147.650
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	142.937	93.343	147.650
Pessoal	3.510	5.772	3.510
Impostos, Taxas e Contribuições	(97.154)	37.278	(92.549)
Remuneração de Capitais de Terceiros	135.098	98.002	135.206
Remuneração de Capitais Próprios	101.483	(47.709)	101.483
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	580.550	460.779	580.550
Lucros Retidos/Prejuízo Compensado do Exercício	(479.067)	(508.488)	(479.067)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)
A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)
A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)
A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer Lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)
A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)
A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Apresentamos as demonstrações contábeis individuais da BRADESPAR (Controladora) e o Consolidado, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos - CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

Presente em 27 países, a VALE atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações de logística, geração de energia, fertilizantes e siderurgia. Maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, é também a segunda maior produtora mundial de níquel, insumo essencial para a indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de equipamentos de mineração e energia, aeronaves, automóveis, baterias, entre outros.

Mesmo diante de um cenário de desaquecimento da economia mundial, a VALE, em 2014, estabeleceu recordes na produção de minério de ferro, cobre e ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Além disso, lançou várias iniciativas bem sucedidas para reduzir ainda mais suas despesas e investimentos, preservando uma estrutura de capital saudável. No ano, o EBITDA ajustado de R\$ 31,1 bilhões foi afetado, principalmente, pelos menores preços de *commodities*, que foram parcialmente compensados por variações positivas nas taxas de câmbio, pela redução de despesas com vendas, gerais e administrativas e pelo maior volume vendido.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 10,1 bilhões, excluindo os efeitos de itens não recorrentes. Com a inclusão dos ajustes contábeis, que não afetam o resultado financeiro da VALE, o lucro líquido foi de R\$ 954,0 milhões.

O controle compartilhado por meio da Valepar S.A. é o veículo de participação da BRADESPAR na VALE. Como parte do Acordo de Acionistas, ocupa três assentos no Conselho de Administração da Valepar, dois assentos no Conselho de Administração da VALE, além de representantes nos Comitês Estratégico, de Desenvolvimento Executivo, Governança e Sustentabilidade, Controladoria e Financeiro, proporcionando relevante nível de participação nas decisões da empresa.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) (6210 e 6230).

Os principais destaques do desempenho da VALE, em 2014, foram:

- Redução de R\$ 1,9 bilhão de despesas em todos os seus negócios;
- Conclusão de oito projetos, sendo a maioria entregue dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos (Tubarão VIII, Serra Leste, o centro de distribuição na Malásia, Vargem Grande, a 5ª linha de Brucutu, Salobro II, Nacala e Long Harbour); e
- Distribuição de dividendos no montante de US\$ 4,2 bilhões.

CPFL ENERGIA

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro. A empresa celebrou, no final de 2014, dez anos de sua abertura de capital na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), iniciativa que proporcionou um conjunto de resultados positivos.

A abertura de capital serviu de base para uma substancial expansão do grupo nesse período, com a aquisição de distribuidoras, a forte expansão nos segmentos de comercialização e de geração, bem como a entrada no promissor segmento de energias renováveis. A CPFL Energia obteve também, como resultado dessa operação, um conjunto significativo de benefícios, como acesso ao mercado de capitais, melhoria de sua eficiência, evolução de sua governança corporativa e criação de valor para seus acionistas.

Cabe registrar que a BRADESPAR participou ativamente desse processo, enquanto acionista da VBC, então controladora da CPFL Energia.

Atualmente, a estrutura acionária da CPFL Energia é composta pelo Fundo de Investimentos em Ações BB Carteira Livre (Previl), com 30,0% de participação, pela Camargo Corrêa, com 24,4%, e pelo Fundo de Investimentos em Participações Energia São Paulo (Funesep, Petros, Sistel e Sabesprev), com 15,1%. O restante, 30,5%, são ações em circulação no mercado (*free float*), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

São Paulo, SP, 18 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.212.372	32.408	1.214.912
CIRCULANTE	15.369	73	17.909
Impostos e Contribuições a Recolher	15.369	73	17.909
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (Nota 12c)	4.645	4.623	4.645
Debêntures a Pagar (Nota 10)	1.165.109	-	1.165.109
Outras Obrigações (Nota 18b)	27.249	27.712	27.249
NÃO CIRCULANTE	38.590	1.373.350	446.012
Debêntures a Pagar (Nota 10)	-	1.045.686	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	407.422
Provisões e Obrigações Legais (Nota 11b)	38.590	327.664	38.590
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS	8.937.995	9.034.225	8.937.995
CONTROLADORES	8.937.995	9.034.225	8.937.995
Capital Social Integralizado (Nota 12a)	4.100.000	4.100.000	4.100.000
Reservas de Lucros (Nota 12b)	2.958.737	3.437.804	2.958.737
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.879.258	1.496.421	1.879.258
TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014
Saldos em 31.12.2012	3.900.000	454.882	3.690.366
Eventos	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(47.709)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	(77.057)	-
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	463.536
Lucro Abrangente	200.000	(200.000)	-
Aumento de Capital Social com Reservas	(200.000)	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	(46.665)	-
Destinações: - Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	(460.779)	-
Saldos em 31.12.2013	4.100.000	254.882	3.182.922
Lucro Líquido do Exercício	-	-	101.483
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	(20.015)	-
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	402.852
Lucro Abrangente	-	-	484.320
Destinações: - Reservas	5.074	65.608	(70.682)
- Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	(549.749)	-
Saldos em 31.12.2014	4.100.000	259.956	2.698.761

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(32.893)	(47.691)	(29.314)
Lucro Líquido/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(32.893)	(47.691)	(29.314)
Ajustes ao Lucro Líquido/Prejuízo antes dos impostos:	(53.626)	2.774	69.741
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(53.626)	2.774	69.741
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	(9.201)	(7.698)
Dividendos Recebidos de Investimento Avaliado ao Custo (Nota 18c)	-	-	(51.998)
Juros, Variações Monetárias, Líquidas	121.649	54.160	121.377
Reversões de Provisões de Obrigações Fiscais	(13.263)	36.041	(13.263)
Outros	1.322	2.233	1.322
Resultado Ajustado	23.189	38.316	90.167
(Aumento) em Outros Ativos	(31.867)	(68.368)	(90.418)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(126.116)	33.220	(125.140)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	247.494	104.506	217.290
Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	367.379	192.656	507.283
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(1.227)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	480.079	300.330	597.955
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos	-	999.797	-
Emissão de Debêntures, Líquidas	-	999.797	-
Liquidação de Debêntures	-	(986.873)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(544.630)	(423.180)	(544.630)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(544.630)	(410.256)	(544.630)
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.551)	(109.926)	53.325
Caixa e Equivalência de Caixa - Início do Exercício	139.598	249.524	258.678
Caixa e Equivalência de Caixa - Fim do Exercício	75.047	139.598	312.003
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.551)	(109.926)	53.325

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da VALEPAR.

A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8; e

- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Quando esses títulos são alienados ou sofrem redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, registrados no patrimônio líquido, são reconhecidos no resultado como receitas e despesas financeiras, pela alienação ou outras despesas pelo registro do valor recuperável (*impairment*). Nesta categoria encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), as quais possuem direitos no recebimento de dividendos, registrados como "Receitas Operacionais".

f) Investimentos

As participações nos investimentos em controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisões para perdas por redução ao valor recuperável - *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

g) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

i - Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo financeiro exceder o seu valor recuperável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Uma provável situação em que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada nos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecida na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda por *impairment* anteriormente reconhecida deverá ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida no resultado.

II - Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há alguma evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. No caso de investimentos classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos incorrem perda de seu valor recuperável. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não houve perda por *impairment*.

h) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro rata" dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de de fato se recuperar por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

d) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuemos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações ON possuídas (em mil)	Quantidade de cotas possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
							31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
ANTARES (3).....	322.700	1.076.277	123.367	275.966	322.700	100,000	1.076.277	1.123.009	123.367	114.408
VALEPAR (2) (3).....	10.078.589	48.863.790	(399.844)	-	-	17,442	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)
Total							9.599.123	9.429.844	53.626	(2.774)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado; e

(3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2014 auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado

Empresa	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
- VALEPAR	7.212.094	7.398.935	(69.741)	(117.182)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2).....	1.310.752	907.900	-	-
Total	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10) DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2012, a BRADESPAR efetuou a quarta emissão pública de 35.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 350.000, com vencimento em 365 dias a contar da data da emissão, com juros correspondentes a 103,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"). Incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, e que foram liquidados junto com o principal em 4 de julho de 2013.

Em 2013, a BRADESPAR efetuou a quinta emissão pública de 100.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 6 de julho de 2015. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,3% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado correspondia a R\$ 1.165.109 (2013 - R\$ 1.045.686).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS - R\$ 10.365 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 9.981): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e

justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014

- Alteração da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração esclarece o conceito de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

- Alteração das IFRS 10, 12 e IAS 27 - Demonstrações Consolidadas, Divulgação de Participações em outras Entidades e Demonstrações Financeiras Separadas - inclui novas exigências às Entidades para Investimento, que possuem investimentos em fundos, com objetivo de obter retornos de valorização do capital e/ou rendas de investimento.

- Alteração da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração inclui novas exigências de divulgações das mensurações referentes aos valores recuperáveis de ativos, principalmente, em função da adoção da IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

- IAS 19 (R1) - Benefícios Aposentados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

6) GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, detemos recebíveis de ações preferenciais resgatáveis, com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia, bem como os demais ativos possuem liquidez imediata.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

Perfil de risco de contrapartes

A Companhia está, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Em 31 de dezembro Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	18	2	1.127	975
Fundos de investimento financeiro.....	75.029	139.596	310.876	257.703
Total	75.047	139.598	312.003	258.678

8) RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscrevu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe "C" emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- a) Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
 - b) Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16%, a.a.;
 - c) São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e
 - d) Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.
- Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe "C", permanecendo com 16.137.193 ações. Em 2013, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 192.656, relativo ao resgate de 3.321.672 ações preferenciais. Em 2014, a BRADESPAR e sua Controlada Indireta BRUMADO receberam da VALEPAR o montante de R\$ 507.283, relativo ao resgate de 8.746.256 ações.
- Em 31 de dezembro de 2014, o saldo das ações resgatáveis classe C, corresponde a 5.174.863 ações (2013 - 13.921.119 ações), equivalente a R\$ 300.142 (2013 - R\$ 807.338). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado dos juros a receber das ações preferenciais resgatáveis, correspondia a R\$ 7.698 (2013 - R\$ 20.222).

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ao resultado de R\$ 53.626 (2013 - resultado negativo de R\$ 2.774) e no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ao resultado negativo de R\$ 69.741 (2013 - resultado negativo de R\$ 117.182).



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 125 • Número 53

Página 23

São Paulo, sexta-feira, 20 de março de 2015

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCO BBI SA	26
BRADESCAR SA	21
DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERACAO PARANAPANEMA S.A.	12
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	2

continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

Tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento, proporcionadas pelo REFIS, para quitação dos débitos, R\$ 134.376 foram pagos mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 105.581 em moeda corrente.

III - Movimentação das provisões e obrigações legais

	Em 31 de dezembro	
	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	327.664	274.968
Constituições líquidas de reversões e baixas (1)	(26.936)	36.041
Atualização monetária	15.619	16.655
Pagamentos (1)	(277.757)	-
Saldo no final do exercício	38.590	327.664

(1) Inclui, basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESCAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. A BRADESCAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Eletrôn S.A. (ELETRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELETRON requer o reconhecimento de seu direito de: (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESCAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELETRON, pelo valor de R\$ 632.007, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 218.986, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatoria da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 2014, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da sentença arbitral formulado pela BRADESCAR, mas a demanda ainda será levada à apreciação do Tribunal da Justiça e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2014.

Em 24 setembro de 2014, foram julgados cinco recursos relacionados à arbitragem, dentre os quais a apelação interposta pela BRADESCAR contra a sentença que julgou improcedente o seu pleito anulatório. A sentença foi mantida em segunda instância. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 18 de dezembro de 2014 foram interpostos recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se o juízo de admissibilidade de ambos os recursos. A partir de uma análise dos desenvolvimentos processuais do caso, a despeito dos fundamentos da ação anulatória, consideramos ser possível a chance de êxito da BRADESCAR S.A. na anulação da sentença arbitral de 18 de dezembro de 2009 com o consequente reconhecimento de nulidade de todas as decisões proferidas no curso da arbitragem e de nulidade da segunda fase e da sentença nela proferida.

A ANTARES, controlada direta da BRADESCAR, é parte em um processo junto à RFB, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 216.854 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 186.129), sendo R\$ 159.721 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2013 - R\$ 137.091) e R\$ 57.133 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2013 - R\$ 49.038), consideramos ser possível a chance de êxito da Bradespar S.A.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reserva legal (i)	259.956	254.882
Reserva estatutária (ii)	2.698.781	3.182.922
Total	2.958.737	3.437.804

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que, somados, correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% ⁽¹⁾
Lucro do exercício	101.483	
Constituição de reservas	(5.074)	
Base de cálculo ajustado	96.409	
Remuneração:		
Dividendos pagos	30.801	31,95
Juros sobre o capital próprio pagos e dividendos pagos	549.749	
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014	580.550	
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2013	460.779	

(1) Percentual de dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

(2) Realização de Reservas.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESCAR passou a adotar, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anuncia até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar norte americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro;
- Os valores aprovados são convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações; e
- A Diretoria poderá ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Companhia, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 15 de maio de 2014, a BRADESCAR pagou aos seus acionistas, a 1ª parcela da remuneração anual mínima, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 28 de abril de 2014, no valor de US\$ 125.000, que corresponde ao montante de R\$ 279.063, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Bacen, em 25 de abril de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 123.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,330422717 (R\$ 0,280859309 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,363464990 (R\$ 0,308945242 líquido do imposto de renda na fonte); e

- Dividendos, no valor de R\$ 156.063, sendo R\$ 0,419240612 por ação ordinária e R\$ 0,461164674 por ação preferencial.

Em 14 de novembro de 2014, a BRADESCAR pagou aos seus acionistas, a 2ª parcela da remuneração anual mínima, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 31 de outubro de 2014, no valor de US\$ 125.000, que corresponde ao montante R\$ 301.487, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Bacen, em 30 de outubro de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 185.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,496977257 (R\$ 0,422430668 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,546674984 (R\$ 0,464673736 líquido do imposto de renda na fonte); e

- Dividendos, no valor de R\$ 116.487, sendo R\$ 0,312927774 por ação ordinária e R\$ 0,344220552 por ação preferencial.

d) Ações em tesouraria

A BRADESCAR possui programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. Em 2014, o Conselho de Administração de 28 de julho de 2014, deliberou a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, mantendo as mesmas quantidades, sem redução do capital social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias. Não houve recompra em 2014.

13) TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I - Controladora

a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 179.095 (2013 - R\$ 139.083), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
	(32.893)	(47.691)
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	11.184	16.215
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas e controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	18.233	(943)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	19.028	24.993
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(131.653)	(132.475)
Juros sobre o capital próprio pagos	104.720	113.220
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14 (Nota 11b - II Obrigações legais) e outros valores	112.864	(21.028)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	134.376	(18)

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 380.523 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 493.388), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

II - Consolidado

a) Os impostos a compensar e a recuperar, no montante de R\$ 187.192 (2013 - R\$ 146.974), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
	(29.314)	(46.232)
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)		
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	9.967	15.719
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	(23.712)	(39.842)
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	40.640	48.176
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(131.653)	(132.475)
Dividendos	17.679	14.625
Juros sobre o capital próprio pagos	104.720	113.220
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14 (Nota 11b - II Obrigações legais) e outros valores	113.156	(20.900)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	130.797	(1.477)

c) Créditos tributários não ativados
Em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 418.772 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 531.823), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	21.593	17.401	32.759	22.025
Despesas com juros de debêntures	(119.341)	(81.251)	(119.341)	(81.251)
Juros	(727)	(6.933)	(327)	(6.600)
Total	(96.475)	(70.783)	(86.909)	(65.826)

15) PARTES RELACIONADAS

I - As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) BRADESCAR

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	Receitas/(Despesas)	
			2014	2013

Juros de ações resgatáveis, dividendos e juros sobre o capital próprio:

- VALEPAR
- ANTARES

Ações resgatáveis:

- VALEPAR

b) ANTARES

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	Receitas/(Despesas)	
			2014	2013

Dividendos:

- BRUMADO
- BRADESCAR

c) BRUMADO

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	Receitas/(Despesas)	
			2014	2013

Juros de ações resgatáveis:

- VALEPAR
- ANTARES

Ações resgatáveis:

- VALEPAR

d) VALEPAR

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	Receitas/(Despesas)	
			2014	2013

Juros de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:

- BRADESCAR
- BRUMADO

Ações resgatáveis:

- BRADESCAR
- BRUMADO

II - Remuneração do pessoal-chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária é fixado, anualmente o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social. Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos	3.240	4.800
Contribuição ao INSS	648	960
Total	3.888	5.760

Obrigações de aposentadoria

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida (1)	-	768

(1) Descontinuidade do plano de previdência privada a partir de maio de 2013.

Outros benefícios

A BRADESCAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESCAR:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
• Ações ordinárias	0,6936%	0,6936%
• Ações preferenciais	0,5690%	0,5708%
Total de ações	0,6127%	0,6139%

16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2014			
	Controladora		Consolidado	
	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	75.047	-	312.003	-
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	-	-	307.840	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	934.518
Total dos ativos	75.047	-	619.843	934.518

	Em 31 de dezembro de 2013			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros				
Debêntures a pagar	1.165.109	-	1.165.109	-
Outras obrigações	25.690	-	25.690	-
Total dos passivos	1.190.799	-	1.190.799	-

	Em 31 de dezembro de 2013			
	Controladora		Consolidado	
	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	139.598	-	139.598	-
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	376.493	-	376.493	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	964.843
Total dos ativos	516.091	-	516.091	964.843

	Em 31 de dezembro de 2013			
	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros				
Debêntures a pagar	1.045.686	-	1.045.686	-
Outras obrigações	25.887	-	25.887	-
Total dos passivos	1.071.573	-	1.071.573	-

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros, registrados em contas patrimoniais, referem-se ao valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis possuídas, direta e indiretamente, na VALEPAR e aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 934.518 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 964.843) e mais valia no valor de R\$ 861.373 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

17) ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de ações preferenciais resgatáveis e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem os títulos disponíveis para venda negociados em um mercado ativo;

Nível 2: Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2, que não derivam de uma cotação pública direta, incluem as debêntures e suas valorizações considerando o risco de crédito, que não necessitam de premissas internas subjetivas na determinação do valor justo; e

Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2014	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos financeiros		
Títulos disponíveis para venda.....	934.518	934.518
Total dos ativos.....	934.518	934.518

	Em 31 de dezembro de 2013	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos financeiros		
Títulos disponíveis para venda.....	964.843	964.843
Total dos ativos.....	964.843	964.843

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valores a Receber, na Controladora, no montante de R\$ 330.303 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 332.274) e no Consolidado, no montante de R\$ 329.131 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 331.187) referem-se, substancialmente, à juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR;

b) Outras Obrigações, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 27.249 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 27.712) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;

c) Dividendos de Investimentos, referem-se a dividendos recebidos da CPFL Energia, no montante de R\$ 51.998 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 43.014);

d) Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 - R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.174 (2013 - R\$ 5.289). No Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 - R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.241 (2013 - R\$ 5.458);

e) Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas, refere-se, basicamente, a reversão de provisão de obrigações fiscais, objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), para quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14); e

f) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em reunião de 13 de janeiro de 2015, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 24.800.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 2.600.000 ordinárias e 22.200.000 preferenciais, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 27 de fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a proposta para pagamento de remuneração mínima de US\$ 140.000 aos acionistas da Companhia para 2015. Se for aprovada a proposta o pagamento será efetuado em duas parcelas semestrais equivalentes a US\$ 70.000 cada, nos dias 15 de maio e 13 de novembro de 2015, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Bacen, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, elaborados em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com base na opinião dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, consubstanciada em seu Parecer de 18 de março de 2015, apresentado sem ressalvas, são da opinião de que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária.

Osasco, SP, 18 de março de 2015.

Membros do Conselho Fiscal

Ariovaldo Pereira

João Batista de Moraes

Marcos Antônio Martins

Marcelo Gasparino da Silva

Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradespar S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bradespar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Bradespar S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2014, que não continha qualquer modificação.

Osasco, 18 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Claudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA	26
BRADSPAR SA	21
DUKE ENERGY INTERNATIONAL, GERACAO PARANAPANEMA S.A....	12
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	2



io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 53
São Paulo, sexta-feira, 20 de março de 2015

Página 25

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



MENSAGEM AOS ACIONISTAS

2014 foi um ano marcado pelos desafios impostos aos mercados financeiros internacional e brasileiro. Mesmo diante desse cenário, a BRADESPAR, se manteve fiel ao seu principal objetivo de concentrar esforços para alcançar melhores resultados por meio de suas investidas - a VALE e a CPFL Energia.

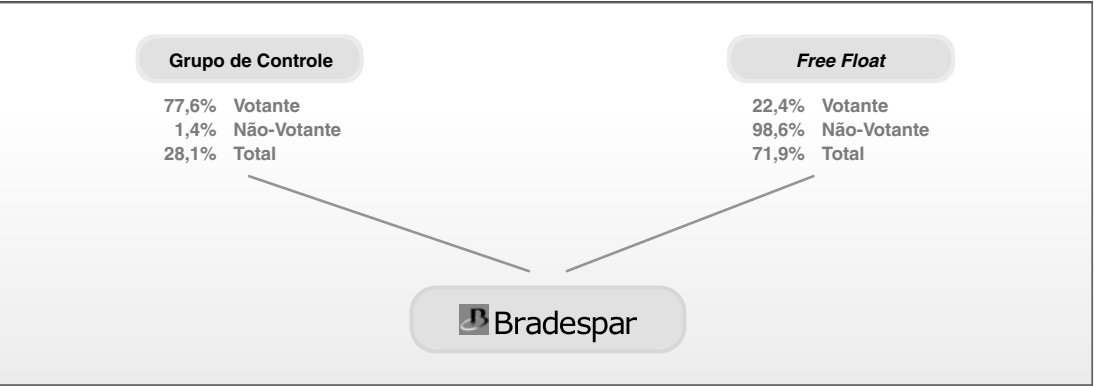
No exercício, aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, a BRADESPAR destinou, R\$ 580,5 milhões, 26,0% superior aos R\$ 460,8 milhões pagos em 2013.

A VALE, principal investimento da BRADESPAR, diante da acentuada queda do preço das *commodities* no mercado mundial, especialmente de minérios e metais, foi afetada nos seus indicadores financeiros. Ainda assim, obteve excelente desempenho operacional, com a produção de minério de ferro atingindo recorde histórico de 319,2 milhões de toneladas, alta de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Aliado a isso, a VALE lançou várias iniciativas bem-sucedidas para melhoria dos seus custos e despesas, alavancando suas vantagens competitivas. Ressalta-se que a ativa participação da BRADESPAR no Conselho de Administração e nos Comitês de Assessoramento da VALE, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., vem contribuindo para a tomada de decisões estratégicas, visando à minimização de custos, a reavaliação do programa de investimentos e a preservação da caixa, com a busca pelas opções de crescimento mais rentáveis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTRUTURA ACIONÁRIA

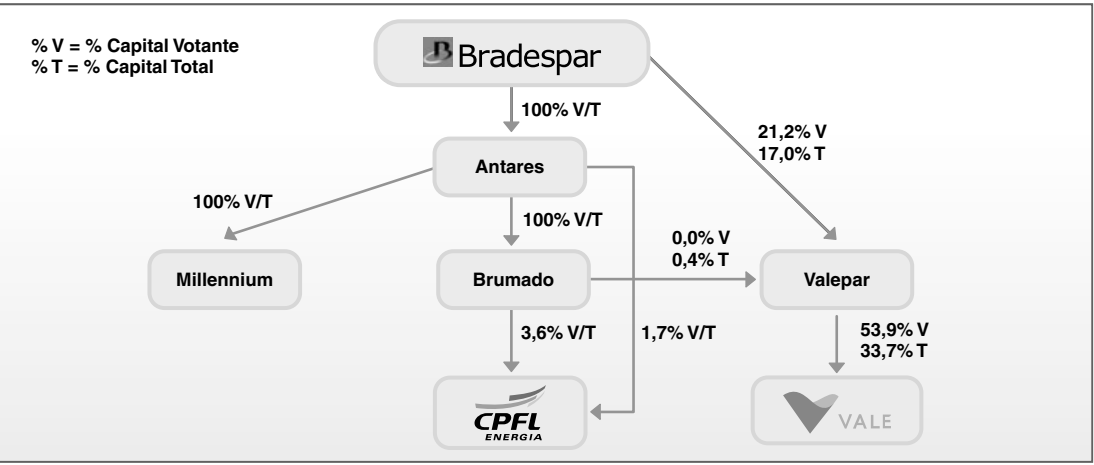
Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ordinárias e 227.024.896 preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:



Grupo de Controle composto por: Cidade de Deus - Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 - a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. -, a BRADESPAR tem, atualmente, seus investimentos concentrados na VALE e na CPFL Energia. Ao final do exercício, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 6,7 bilhões.



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado	4T14	4T13	Variação %	2014	2013	(R\$ mil) Variação %
Equivalência Patrimonial	(318.348)	(897.795)	-64,5%	(69.741)	(117.182)	-40,5%
Juros Ações Resgatáveis	15.395	32.783	-53,0%	91.695	142.198	-35,5%
Dividendos de Investimentos	-	-	-	51.998	43.014	20,9%
Receita Operacional	(302.953)	(865.012)	-65,0%	73.952	68.030	8,7%
Despesas de Pessoal	(1.308)	(3.904)	-66,5%	(4.212)	(6.772)	-37,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.253)	(1.622)	-22,7%	(3.241)	(5.458)	-40,6%
Despesas Tributárias	(15.633)	(16.210)	-3,6%	(37.495)	(36.206)	3,6%
Despesas/Receitas Financeiras	(20.458)	(20.219)	1,2%	(86.909)	(65.826)	32,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	28.591	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	(341.605)	(906.967)	-62,3%	(29.314)	(46.232)	-36,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.541)	6.579	-	130.797	(1.477)	-
Resultado do Período	(343.146)	(900.388)	-61,9%	101.483	(47.709)	-

Receita Operacional

Como Companhia de investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da Valepar/VALE, juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos da CPFL Energia S.A.

Cumprir destacar que, em 2014, a VALE foi afetada por ajustes contábeis não recorrentes, contribuindo desfavoravelmente para seus resultados, que incluem, principalmente, perdas com variações monetárias e cambiais, *impairment* de ativos e perdas nos *swaps* de moedas e taxas de juros, entre outros. No entanto, foi um período em que a empresa apresentou forte desempenho operacional, com recordes anuais de produção de minério de ferro, cobre, ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Ressalte-se ainda o esforço de corte de custos, disciplina nos investimentos e foco no *core business*. O resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 467,6 milhões, totalizando uma receita operacional ajustada de R\$ 611,3 milhões.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou, em 2014, receita operacional de R\$ 74,0 milhões, composta por R\$ 69,7 milhões de equivalência patrimonial negativa da Valepar/VALE, R\$ 91,7 milhões de juros das ações resgatáveis recebidos da Valepar e R\$ 52,0 milhões de dividendos recebidos da CPFL Energia.

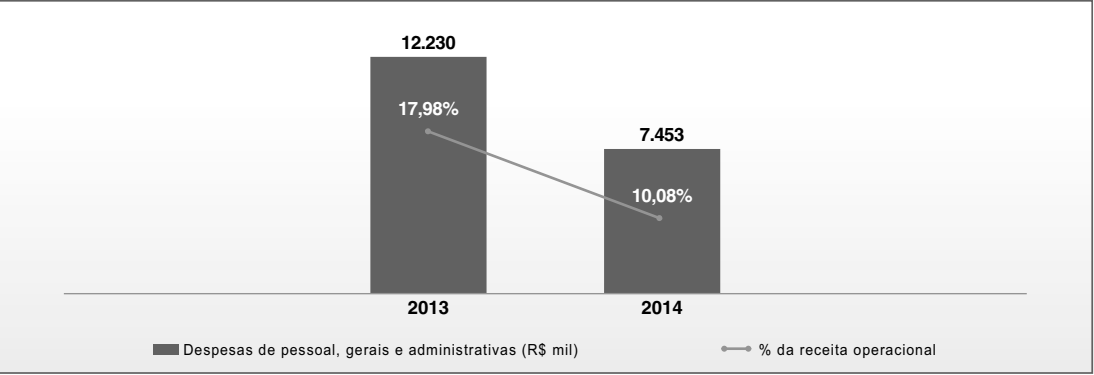
Resultado Financeiro

As despesas/receitas financeiras da BRADESPAR, em 2014, atingiram R\$ 86,9 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que foi, na média, de 8,06% em 2013 para 10,81% em 2014, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2014, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 4,2 milhões, com redução de 37,8% em relação ao ano anterior.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 3,2 milhões em 2014, inferiores em 40,6% ao mesmo período do ano anterior.



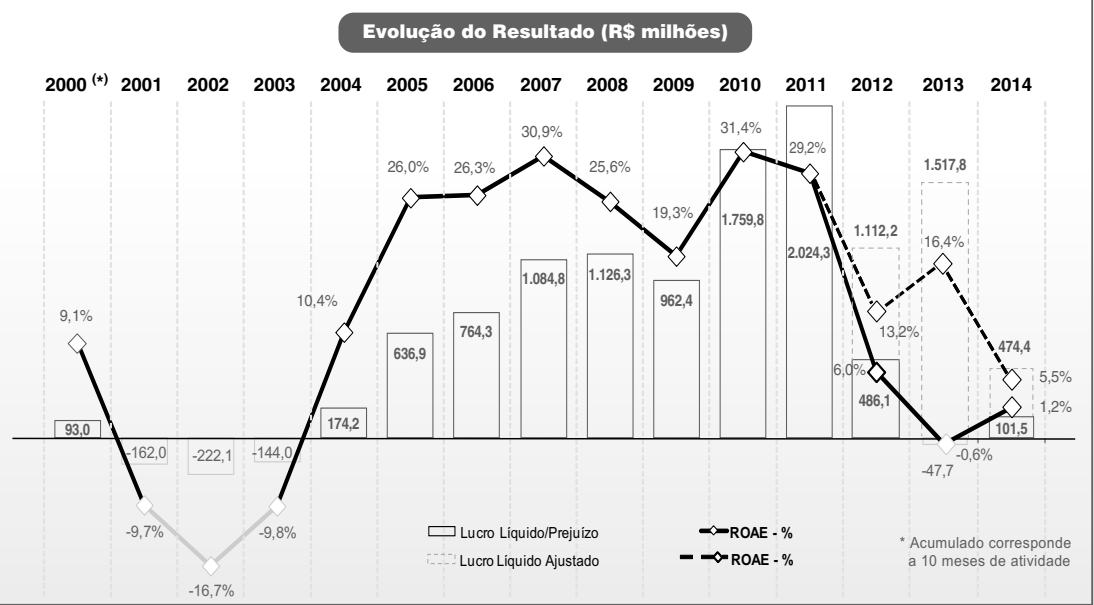
Resultado do Exercício

O lucro líquido ajustado da BRADESPAR, em 2014, excluindo os efeitos contábeis não recorrentes, foi de R\$ 474,4 milhões.

Na VALE, esses ajustes contábeis referem-se, principalmente, a perdas com variações monetárias e cambiais, *impairment* de ativos e perdas nos *swaps* de moedas e taxas de juros, entre outros, totalizando R\$ 9,1 bilhões, impactando negativamente em R\$ 537,3 milhões o resultado de equivalência patrimonial na BRADESPAR.

Cumprir destacar que a BRADESPAR, com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) ocorrida em agosto de 2014, referente a não inclusão nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas, registrou impacto positivo de R\$ 164,3 milhões no seu resultado contábil.

Com a inclusão dos ajustes contábeis não recorrentes, que não afetaram o resultado financeiro, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 101,5 milhões no ano.



Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

Lucro Líquido Ajustado = Lucro Líquido excluindo os efeitos não caixa de itens não recorrentes.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A BRADESPAR busca elevar a previsibilidade de seus acionistas quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, razão pela qual tem praticado a "Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas", garantindo, conforme disposto no Estatuto Social, a distribuição de no mínimo 30,0% do lucro líquido nos termos da Lei societária.

Em fevereiro de 2014, a BRADESPAR anunciou proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima em Reais, distribuída na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a US\$ 250,0 milhões para o ano 2014.

A CPFL Energia, manteve o foco de suas estratégias na expansão das suas atividades e iniciativas, visando ao aumento da sua eficiência operacional. A remuneração paga pela CPFL Energia à BRADESPAR, sob a forma de dividendos, totalizou R\$ 52,0 milhões, aumento de 20,9% comparado à remuneração paga em 2013.

Em constante aperfeiçoamento do seu relacionamento com investidores e analistas, a BRADESPAR adota política de transparência em relação aos seus resultados. Ao longo de 2014, realizou encontros na APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, além de participar em eventos e reuniões com investidores e instituições financeiras.

Externamos nossos agradecimentos aos investidores e acionistas da BRADESPAR pela confiança, e também reconhecimento especial aos nossos administradores e colaboradores pelo trabalho dedicado. Contamos com o apoio de todos para, em 2015, seguirmos buscando sustentação, crescimento e a perenidade dos negócios.

São Paulo, SP, 18 de março de 2015.

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

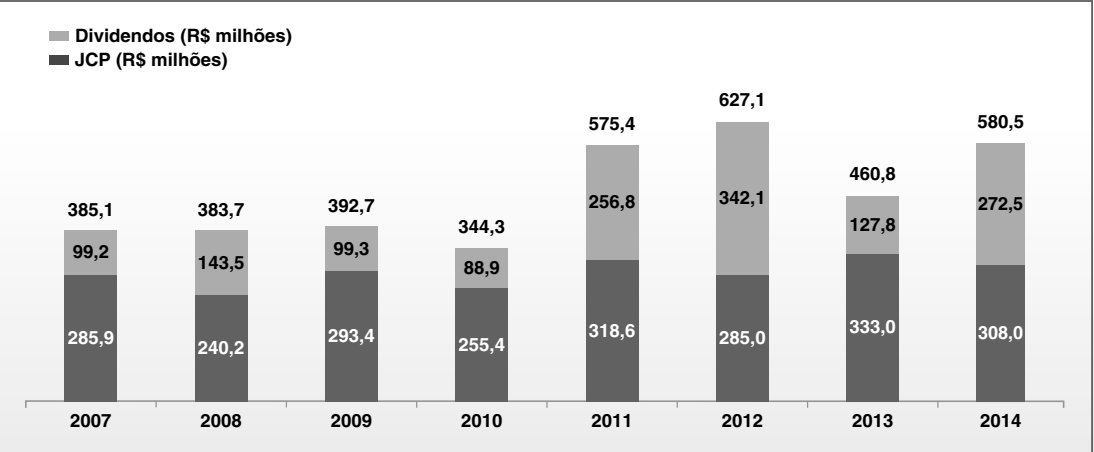
O pagamento foi dividido em duas parcelas de US\$ 125,0 milhões, pagas em maio e novembro, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Plax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia anterior ao das reuniões do Conselho de Administração, ocorridas em 28 de abril e 31 de outubro de 2014, conforme demonstrado abaixo:

1ª Parcela da Remuneração Anual Mínima			2ª Parcela da Remuneração Anual Mínima		
Juros (*)	Pagos em 15.5.2014		Pagos em 14.11.2014		
Dividendos					
Subtotal					
Juros (*)					
Dividendos					
Subtotal					
Total					

Espécie	1ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 15.5.2014)		2ª Parcela da Remuneração Mínima (pagos em 14.11.2014)		Total
	Juros (*)	Dividendos	Juros (*)	Dividendos	
ON	0,330422717	0,419240612	0,496977257	0,312927774	1,559568360
PN	0,363464990	0,461164674	0,546674984	0,344220552	1,715525200

(*) Valores Brutos

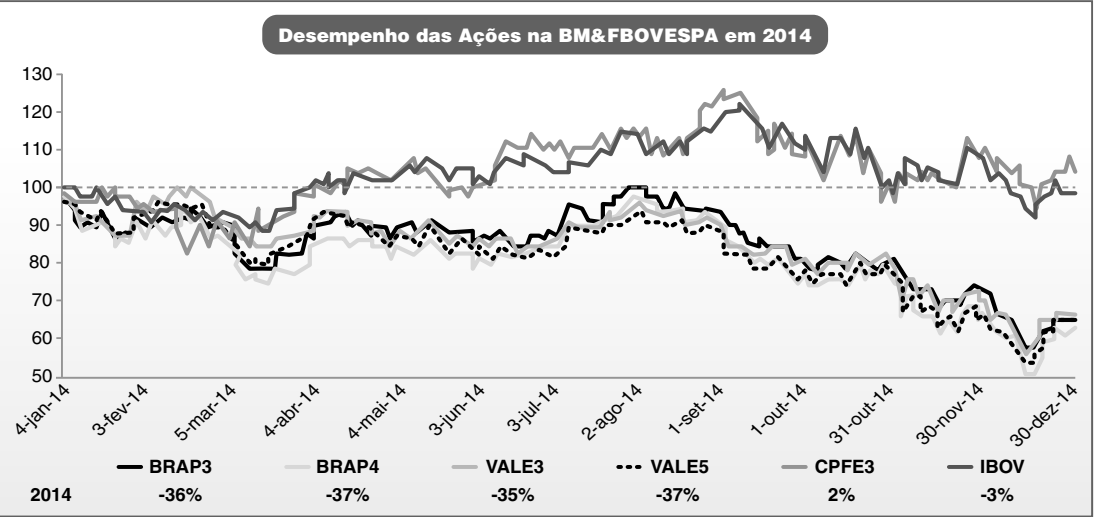
Cumprir destacar que os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2014, no montante de R\$ 580,5 milhões, foram superiores em 26,0% à Remuneração Anual Mínima paga em 2013, no valor de R\$ 460,8 milhões, representando o segundo maior valor anual já pago na história da Companhia. Em fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima no valor equivalente a US\$ 140 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Plax-Opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, previstas para os dias 24 de abril e 30 de outubro de 2015.



MERCADO DE CAPITAIS

As ações do capital social da BRADESPAR são listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN). As ações preferenciais integram o índice Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Além disso, por aderir ao Nível I de Governança Corporativa, desde 2001, a BRADESPAR passou a integrar o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa.

Para ampliar as alternativas de transação, a BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha -, em Euros, por meio do Programa de *Depository Receipts* (GDRs).

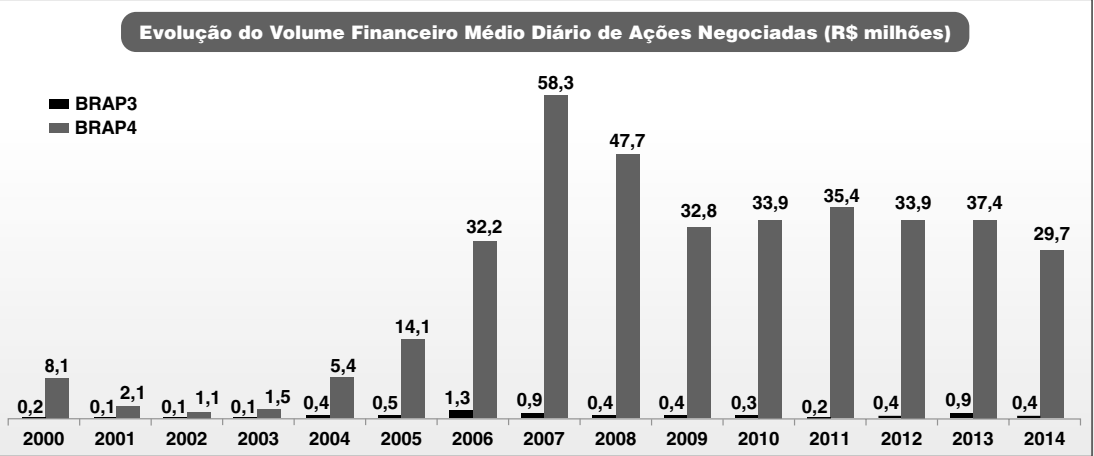


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economática

Liquidez

A média diária do volume de ações preferenciais (BRAP4), de emissão da BRADESPAR, negociada em 2014, situou-se em R\$ 29,7 milhões. O número de negócios realizados com a BRAP4 na BM&FBOVESPA aumentou 10,6%, passando de uma média diária de 5.299 negócios, em 2013, para 5.861 negócios, em 2014.



Fonte: Economática

Prêmio/Desconto

Ao final de 2014 o valor de mercado das participações detidas pela BRADESPAR somou R\$ 7,6 bilhões, sem considerar qualquer prêmio de controle para participação na VALE. Desse total, 87,6% são referentes ao investimento na VALE e 12,4% referentes ao investimento na CPFL Energia.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, por sua vez, deduzindo-se a Dívida Líquida de R\$ 854,0 milhões, apresentou um desconto de 30,0%.

Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR

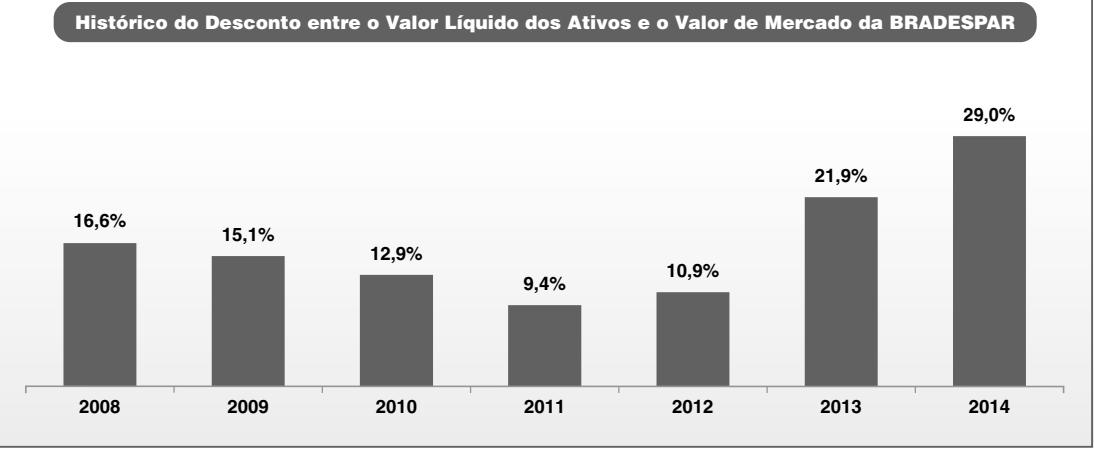
(preços de fechamento em 30/12/2014)

Companhias	Cotação em 30.12.14 (R\$/ação)	Participação da BRADESPAR			
		Quantidade de Ações	% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)
VALE ON (1)	21,91	299.380.600	5,81%	6.559.429	2.469.479
VALE PNA (1)	19,23	3.547.702	0,07%	68.222	25.684
CPFL-E ON	18,49	50.541.820	5,25%	934.518	351.825
Valor dos Ativos da BRADESPAR (A)				7.562.169	2.846.988
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2)				(853.999)	(321.512)
Caixa da BRADESPAR				310.114	116.751
Dívida Bruta da BRADESPAR				(1.164.113)	(438.263)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				6.708.170	2.525.476
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				4.693.453	1.766.980
Ações Ordinárias (BRAP3)	11,81	122.523.049		1.446.997	544.762
Ações Preferenciais (BRAP4)	14,30	227.024.896		3.246.456	1.222.218
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D)				2.014.717	758.496
Desconto (3)				30,0%	

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 30/12/2014.

(3) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1



Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

...continuação

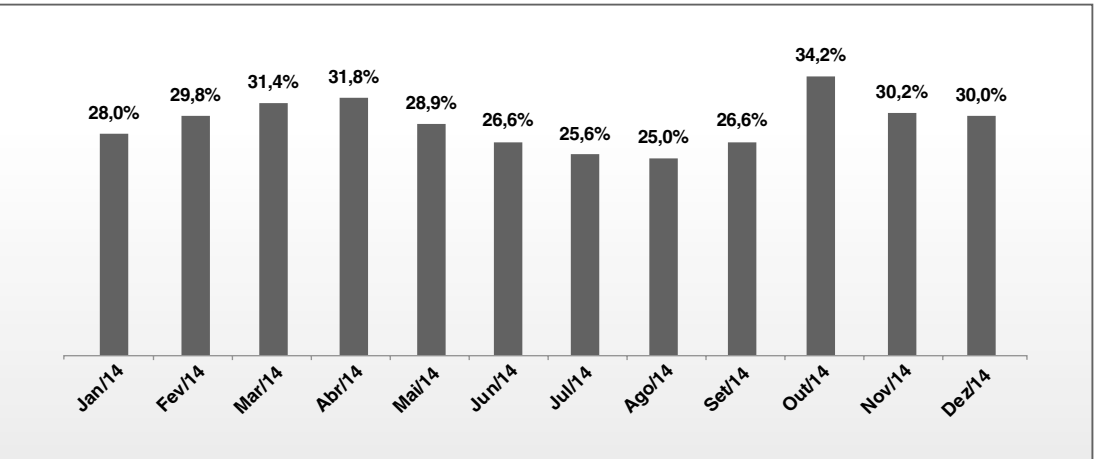


Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

Presente em 27 países, a VALE atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações de logística, geração de energia, fertilizantes e siderurgia. Maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, é também a segunda maior produtora mundial de níquel, insumo essencial para a indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de equipamentos de mineração e energia, aeronaves, automóveis, baterias, entre outros.

Mesmo diante de um cenário de desaquecimento da economia mundial, a VALE, em 2014, estabeleceu recordes na produção de minério de ferro, cobre e ouro, e a melhor marca em níquel desde 2008. Além disso, lançou várias iniciativas bem sucedidas para reduzir ainda mais suas despesas e investimentos, preservando uma estrutura de capital saudável. No ano, o EBITDA ajustado de R\$ 31,1 bilhões foi afetado, principalmente, pelos menores preços de *commodities*, que foram parcialmente compensados por variações positivas nas taxas de câmbio, pela redução de despesas com vendas, gerais e administrativas e pelo maior volume vendido.

O lucro líquido ajustado foi de R\$ 10,1 bilhões, excluindo os efeitos de itens não recorrentes. Com a inclusão dos ajustes contábeis, que não afetam o resultado financeiro da VALE, o lucro líquido foi de R\$ 954,0 milhões.

O controle compartilhado por meio da Valepar S.A. é o veículo de participação da BRADESPAR na VALE. Como parte do Acordo de Acionistas, ocupa três assentos no Conselho de Administração da Valepar, dois assentos no Conselho de Administração da VALE, além de representantes nos Comitês Estratégico, de Desenvolvimento Executivo, Governança e Sustentabilidade, Controladoria e Financeiro, proporcionando relevante nível de participação nas decisões da empresa.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) (6210 e 6230).

Os principais destaques do desempenho da VALE, em 2014, foram:

- Redução de R\$ 1,9 bilhão de despesas em todos os seus negócios;
- Conclusão de oito projetos, sendo a maioria entregue dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos (Tubarão VIII, Serra Leste, o centro de distribuição na Malásia, Vargem Grande, a 5ª linha de Brucutu, Salobo II, Nacala e Long Harbour); e
- Distribuição de dividendos no montante de US\$ 4,2 bilhões.

CPFL ENERGIA

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro.

A empresa celebrou, no final de 2014, dez anos de sua abertura de capital na BM&FBOVESPA e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), iniciativa que proporcionou um conjunto de resultados positivos.

A abertura de capital serviu de base para uma substancial expansão do grupo nesse período, com a aquisição de distribuidoras, a forte expansão nos segmentos de comercialização e de geração, bem como a entrada no promissor segmento de energias renováveis. A CPFL Energia obteve também, como resultado dessa operação, um conjunto significativo de benefícios, como acesso ao mercado de capitais, melhoria de sua eficiência, evolução de sua governança corporativa e criação de valor para seus acionistas.

Cabe registrar que a BRADESPAR participou ativamente desse processo, enquanto acionista da VBC, então controladora da CPFL Energia.

Atualmente, a estrutura acionária da CPFL Energia é composta pelo Fundo de Investimentos em Ações BB Carteira Livre (Previl), com 30,0% de participação, pela Camargo Corrêa, com 24,4%, e pelo Fundo de Investimentos em Participações Energia São Paulo (Funcsep, Petros, Sistel e Sabesprev), com 15,1%. O restante, 30,5%, são ações em circulação no mercado (*free float*), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

SERVÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

São Paulo, SP, 18 de março de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil									
ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE	405.350	848.365	948.974	1.117.283	CIRCULANTE	1.212.372	32.408	1.214.912	33.460
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	75.047	139.598	312.003	258.678	Impostos e Contribuições a Recolher	15.369	73	17.909	1.125
Receíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	376.493	307.840	527.418	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (Nota 12c)	4.645	4.623	4.645	4.623
Valores a Receber (Nota 18a)	330.303	332.274	329.131	331.187	Debêntures a Pagar (Nota 10)	1.165.109	-	1.165.109	-
NÃO CIRCULANTE	9.783.607	9.591.618	9.649.945	9.741.485	Outras Obrigações (Nota 18b)	27.249	27.712	27.712	27.712
Realizável a Longo Prazo	184.460	161.747	1.127.075	1.434.623	NÃO CIRCULANTE	38.590	1.373.350	446.012	1.791.083
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 16a)	-	-	934.518	964.843	Debêntures a Pagar (Nota 10)	-	1.045.686	-	1.045.686
Receíveis de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	-	-	-	300.142	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	407.422	417.733
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13)	179.095	139.083	187.192	146.974	Provisões e Obrigações Legais (Nota 11b)	38.590	327.664	38.590	327.664
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	5.365	22.664	5.365	22.664	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES ...	8.937.995	9.034.225	8.937.995	9.034.225
Investimentos (Nota 9)	9.599.123	9.429.844	8.522.846	8.306.835	Capital Social Integralizado (Nota 12a)	4.100.000	4.100.000	4.100.000	4.100.000
Imobilizado	24	27	24	27	Reservas de Lucros (Nota 12b)	2.958.737	3.437.804	2.958.737	3.437.804
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.879.258	1.879.258	1.879.258	1.879.258
TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919	10.858.768	TOTAL	10.188.957	10.439.983	10.598.919	10.858.768

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	2014	2013	2014	2013	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	65.582	23.092	57.595	19.594	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	53.626	(2.774)	(69.741)	(117.182)	
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	27.219	74.133	91.695	142.198	
Dividendos de Investimentos (Nota 18c)	-	-	51.998	43.014	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18d)	(7.386)	(12.061)	(7.453)	(12.230)	
Despesas Tributárias	(36.468)	(36.206)	(37.495)	(36.206)	
Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas (Nota 18e)	28.591	-	28.591	-	
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	65.582	23.092	57.595	19.594	
Receitas Financeiras (Nota 14)	36.485	27.123	48.158	32.183	
Despesas Financeiras (Nota 14)	(134.960)	(97.906)	(135.067)	(98.009)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(32.893)	(47.691)	(29.314)	(46.232)	
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	134.376	(18)	130.797	(1.477)	
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)	101.483	(47.709)	
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por ação):					
Resultado por ação ordinária	0,27	(0,13)	-	-	
Resultado por ação preferencial	0,30	(0,14)	-	-	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2012.....	3.900.000	454.882	3.690.366	1.109.942	1.044	9.156.234
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	-	(47.709)	(47.709)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....	-	-	-	(77.057)	-	(77.057)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado.....	-	-	-	463.536	-	463.536
Lucro Abrangente.....	-	-	-	-	-	338.770
Aumento de Capital Social com Reservas.....	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados.....	-	-	(46.665)	-	46.665	-
Destinações: - Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	-	-	(460.779)	-	-	(460.779)
Saldos em 31.12.2013.....	4.100.000	254.882	3.182.922	1.496.421	-	9.034.225
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	101.483	101.483
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....	-	-	-	(20.015)	-	(20.015)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado.....	-	-	-	402.852	-	402.852
Lucro Abrangente.....	-	-	-	-	-	484.320
Destinações: - Reservas.....	-	5.074	65.608	-	(70.682)	-
- Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	-	-	(549.749)	-	(30.801)	(580.550)
Saldos em 31.12.2014.....	4.100.000	259.956	2.698.781	1.879.258	-	8.937.995

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013		2014	2013	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	101.483	(47.709)					
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	382.837	386.479					
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(20.015)	(77.057)		(32.893)	(47.691)	(29.314)	(46.232)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	402.852	463.536					
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	484.320	338.770					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	2014	2013	2014	2013	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO RECEITAS	28.591	-	28.591	-	
Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais	28.591	-	28.591	-	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.984)	(5.139)	(3.051)	(5.221)	
Serviços de Terceiros	(1.876)	(3.968)	(1.886)	(4.036)	
Outros	(1.108)	(1.171)	(1.165)	(1.185)	
VALOR ADICIONADO	25.607	(5.139)	25.540	(5.221)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	117.330	98.482	122.110	100.213	
Resultado de Equivalência Patrimonial	53.626	(2.774)	(69.741)	(117.182)	
Juros de Ações Resgatáveis Preferenciais	27.219	74.133	91.695	142.198	
Dividendos de Investimentos	-	-	51.998	43.014	
Receitas Financeiras	36.485	27.123	48.158	32.183	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	142.937	93.343	147.650	94.992	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	142.937	93.343	147.650	94.992	
Reservas	5.772	5.772	5.772	5.772	
Impostos, Taxas e Contribuições	(97.154)	37.278	(92.549)	38.824	
Remuneração de Capitais de Terceiros	135.098	98.002	135.206	98.105	
Remuneração de Capitais Próprios	101.483	(47.709)	101.483	(47.709)	
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	580.550	460.779	580.550	460.779	
Lucros Retidos/Prejuízo Compensado do Exercício	(479.067)	(508.488)	(479.067)	(508.488)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer Lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis individuais da BRADESPAR (Controladora) e o Consolidado, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos - CPCs, interpretações - ICPs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem ser diferentes dos valores estimados.

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 18 de março de 2015, data de aprovação das demonstrações contábeis.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Para a controlada de controle compartilhado, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Em 31 de dezembro	
	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	2014	2013
- ANTARES	100,00	100,00
- BRUMADO	100,00	100,00
- MILLENNIUM	100,00	100,00

...continuação



Bradespar S.A.
CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Na Companhia, a variação no valor justo dos passivos financeiros por meio do resultado, deve-se somente à mudança no risco de mercado pela variação na taxa de juros, não apresentando alterações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas;
 - Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das litígios e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente seria confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

- a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014

a) Alteração da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração esclarece o conceito de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações ON possuídas (em mil)	Quantidade de cotas possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Em 31 de dezembro	
							2014	2013
ANTARES (3).....	322.700	1.076.277	123.367	-	322.700	100,000	1.123.009	114.408
VALEPAR (2) (3).....	10.078.589	48.863.790	(399.844)	275.966	-	17,442	8.522.846	(117.182)
Total							9.599.123	258.678

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado; e

(3) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2014 auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado

Empresa	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	31.12.2014	31.12.2013	2014	2013
- VALEPAR.....	7.212.094	7.398.935	(69.741)	(117.182)
- VALEPAR - ajuste reflexo (2).....	1.310.752	907.900	-	-
Total	8.522.846	8.306.835	(69.741)	(117.182)

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10) DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2012, a BRADESPAR efetuou a quarta emissão pública de 35.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 350.000, com vencimento em 365 dias a contar da data da emissão, com juros correspondentes a 103,5% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, e que foram liquidados junto com o principal em 4 de julho de 2013.

Em 2013, a BRADESPAR efetuou a quinta emissão pública de 100.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 6 de julho de 2015. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,3% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado correspondia a R\$ 1.165.109 (2013 - R\$ 1.045.686).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS - R\$ 10.365 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 9.981): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2.246 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 2.163): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 770 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i - Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado correspondia a R\$ 27.273 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 39.924), a variação do período, corresponde, basicamente, a baixa de processos que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários, conforme Lei nº 12.996/14.

No saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014, está incluído o montante de R\$ 5.365 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 22.486) relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela Receita Federal do Brasil (RFB), relativo ao processo acima mencionado.

ii - Obrigações legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS - R\$ 11.267 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 10.815): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, referente à Liminar de 2001, o qual não faz parte do REFIS divulgado abaixo, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A BRADESPAR, com base na Lei nº 12.996/14 e na Medida Provisória nº 651/14, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS-Liminar 2004) para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial em que a Companhia pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento, proporcionadas pelo REFIS, para quitação dos débitos, R\$ 134.376 foram pagos mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 105.581 em moeda corrente.

III - Movimentação das provisões e obrigações legais

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	327.664	274.968
Constituições líquidas de reversões e baixas (1).....	(26.936)	36.041
Atualização monetária.....	15.619	16.655
Pagamentos (1).....	(277.757)	-
Saldo no final do exercício	38.590	327.664

(1) Inclui, basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elettron S.A. (ELETRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELETRON requer o reconhecimento de seu direito de: (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELETRON, pelo valor de R\$ 62,77, que deverá ser corrigido pela UFIR-PI, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 218.986, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na Comarca do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 2014, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da sentença arbitral formulado pela BRADESPAR, mas a demanda ainda será levada à apreciação do Tribunal da Justiça e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2014.

Em 24 setembro de 2014, foram julgados cinco recursos relacionados à arbitragem, dentre os quais a apelação interposta pela BRADESPAR contra a sentença que julgou improcedente o seu pleito anulatório. A sentença foi mantida em segunda instância. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 18 de dezembro de 2014 foram interpostos recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se o juízo de admissibilidade de ambos os recursos. A partir de uma análise dos desenvolvimentos processuais do caso, a despeito dos fundamentos da ação anulatória, consideramos ser possível a chance de êxito da BRADESPAR S.A. na anulação da sentença arbitral de 18 de dezembro de 2009 com o consequente reconhecimento de nulidade de todas as decisões proferidas na curso da arbitragem e de nulidade da segunda fase e da sentença nela proferida. A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo judicial a RFB, por ser sucessora da parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 216.854 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 186.129), sendo R\$ 159.721 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2013 - R\$ 137.091) e R\$ 57.133 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2013 - R\$ 49.038), consideramos ser possível a chance de êxito da Bradespar S.A.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias.....	122.523.049	122.523.049
Preferenciais.....	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reserva legal (i).....	259.956	254.882
Reserva estatutária (ii).....	2.698.781	3.182.922
Total	2.958.737	3.437.804

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

- Alteração das IFRS 10, 12 e IAS 27 - Demonstrações Consolidadas, Divulgação de Participações em outras Entidades e Demonstrações Financeiras Separadas - inclui novas exigências às Entidades para Investimento, que possuem investimentos em fundos, com objetivo de obter retornos de valorização do capital e/ou rendas de investimento.
- Alteração da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração inclui novas exigências de divulgações das mensurações referentes aos valores recuperáveis de ativos, principalmente, em função da adoção da IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo.
- Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros
- b) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IAS 19 (R1) - Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

6) GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender as necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, detemos recebíveis de ações preferenciais resgatáveis, com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia, bem como os demais ativos possuem liquidez imediata.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de volatilidade no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros sobre as debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional.....	18	2
Fundos de investimento financeiro.....	75.029	139.596
Total	75.047	139.598

8) RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe "C" emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- a) Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- b) Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- c) São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e
- d) Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe "C", permanecendo com 16.137.193 ações. Em 2013, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 192.656, relativo ao resgate de 3.321.672 ações preferenciais. Em 2014, a BRADESPAR e sua Controlada Indireta BRUMADO receberam da VALEPAR o montante de R\$ 507.283, relativo ao resgate de 8.746.256 ações.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo das ações resgatáveis classe C, corresponde a 5.174.863 ações (2013 - 13.921.119 ações), equivalente a R\$ 300.142 (2013 - R\$ 907.338). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado dos juros a receber das ações preferenciais resgatáveis, correspondia a R\$ 7.698 (2013 - R\$ 20.222).

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e correspondem, na Controladora, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

b) ANTARES

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
			Receitas/(Despesas)	
Dividendos:				
- BRUMADO	1.010	950	-	-
- BRADESPAR	(1.172)	(1.087)	-	-

c) BRUMADO

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
			Receitas/(Despesas)	
Juros de ações resgatáveis:				
- VALEPAR	7.698	11.021	56.778	68.065
- ANTARES	(1.010)	(950)	-	-

Ações resgatáveis:

- VALEPAR	300.142	440.046	-	-
-----------------	---------	---------	---	---

d) VALEPAR

	Ativo/(Passivo)		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
			Receitas/(Despesas)	
Juros de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:				
- BRADESPAR	(329.131)	(340.388)	(414.432)	(463.766)
- BRUMADO	(7.698)	(11.021)	(56.778)	(68.065)

Ações resgatáveis:

- BRADESPAR	-	(367.292)	-	-
- BRUMADO	(300.142)	(440.046)	-	-

II - Remuneração do pessoal-chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária é fixado, anualmente o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social. Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Proventos	3.240	4.800
Contribuição ao INSS	648	960
Total	3.888	5.760

Obrigações de aposentadoria

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida (1)	-	768
(1) Descontinuidade do plano de previdência privada a partir de maio de 2013.		

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
• Ações ordinárias	0,6936%	0,6936%
• Ações preferenciais	0,5690%	0,5708%
Total de ações	0,6127%	0,6139%

16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Controladora			Em 31 de dezembro de 2014		
	Empré- típos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empré- típos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	75.047	-	75.047	312.003	-	312.003
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	307.840	-	307.840
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	934.518	934.518
Total dos ativos	75.047	-	75.047	619.843	934.518	1.554.361

	Controladora			Em 31 de dezembro de 2014		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros						
Debêntures a pagar	1.165.109	-	1.165.109	1.165.109	-	1.165.109
Outras obrigações	25.690	-	25.690	25.690	-	25.690
Total dos passivos	1.190.799	-	1.190.799	1.190.799	-	1.190.799

	Controladora			Em 31 de dezembro de 2013		
	Empré- típos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empré- típos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	139.598	-	139.598	258.678	-	258.678
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	376.493	-	376.493	827.560	-	827.560
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	964.843	964.843
Total dos ativos	516.091	-	516.091	1.086.238	964.843	2.051.081

	Controladora			Em 31 de dezembro de 2013		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos financeiros						
Debêntures a pagar	1.045.686	-	1.045.686	1.045.686	-	1.045.686
Outras obrigações	25.887	-	25.887	25.887	-	25.887
Total dos passivos	1.071.573	-	1.071.573	1.071.573	-	1.071.573

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros, registrados em contas patrimoniais, referem-se ao valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis possuídas, direta e indiretamente, na VALEPAR e aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 934.518 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 964.843) e mais valia no valor de R\$ 861.373 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 891.698). As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas pelo custo amortizado e estão demonstradas na Nota 8. Os investimentos na CPFL Energia são classificados em títulos disponíveis para venda pelo valor justo, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros, que não estão vencidos e também não apresentam evidências de perdas, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício e nenhum dos valores registrados em contas a receber está vencido ou apresenta evidências de perdas.

b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

Demonstramos a seguir o fluxo de caixa contratual a pagar, não descontado, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, demonstrado pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
Debêntures a pagar	1.234.881	-	1.234.881
Em 31 de dezembro de 2013			
Debêntures a pagar	-	1.212.681	1.212.681

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de riscos	Definição	Em 31 de dezembro de 2014					
		31 de dezembro de 2014					
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(35)	(10.316)	(20.235)	(80)	(21.156)	(41.280)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(9.345)	(233.629)	(467.259)	(9.648)	(241.210)	(482.421)
Total sem correlação		(9.380)	(243.945)	(487.494)	(9.728)	(262.366)	(523.701)
Total com correlação		(9.351)	(235.780)	(471.465)	(9.639)	(239.734)	(479.473)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, elaborados em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com base na opinião dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, consubstanciada em seu Parecer de 18 de março de 2015, apresentado sem ressalvas, são da opinião de que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária.

Osasco, SP, 18 de março de 2015.

Membros do Conselho Fiscal

Marcos Antônio Martins

Marcelo Gasparino da Silva

Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradespar S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bradespar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBOvespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 12,97% a.a.;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 16,20% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31 de dezembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 19,44% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

17) ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de ações preferenciais resgatáveis e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem os títulos disponíveis para venda negociados em um mercado ativo;

Nível 2: Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2, que não derivam de uma cotação pública direta, incluem as debêntures e suas valorizações considerando o risco de crédito, que não necessitam de premissas internas subjetivas na determinação do valor justo; e

Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2014	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos financeiros		
Títulos disponíveis para venda	934.518	934.518
Total dos ativos	934.518	934.518

	Em 31 de dezembro de 2013	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos financeiros		
Títulos disponíveis para venda	964.843	964.843
Total dos ativos	964.843	964.843

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valores a Receber, na Controladora, no montante de R\$ 330.303 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 332.274) e no Consolidado, no montante de R\$ 329.131 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 331.187) referem-se, substancialmente, à juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR;

b) Outras Obrigações, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 27.249 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 27.712) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBOvespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;

c) Dividendos de Investimentos, referem-se a dividendos recebidos da CPFL Energia, no montante de R\$ 51.998 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 43.014);

d) Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 - R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.174 (2013 - R\$ 5.289). No Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 4.212 (2013 - R\$ 6.772) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 3.241 (2013 - R\$ 5.458);

e) Reversão de Provisões de Obrigações Fiscais/Outras Receitas, refere-se, basicamente, a reversão de provisão de obrigações fiscais, objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), para quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14); e

f) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio de programas de recompra de ações, o Conselho de Administração, em reunião de 13 de janeiro de 2015, autorizou a Diretoria da Companhia a adquirir até 24.800.000 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 2.600.000 ordinárias e 22.200.000 preferenciais, com o objetivo de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 27 de fevereiro de 2015, a BRADESPAR anunciou a proposta para pagamento de remuneração mínima de US\$ 140.000 aos acionistas da Companhia para 2015. Se for aprovada a proposta o pagamento será efetuado em duas parcelas semestrais equivalentes a US\$ 70.000 cada, nos dias 15 de maio e 13 de novembro de 2015, convertidas em moeda corrente nacional pela cotação do dólar de venda (Plax-opção 5), divulgada pelo Bacen, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração.

20) INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

Apresentamos a seguir o sumário do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado divulgado pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL				
	VALE (1)		VALEPAR	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVO				
Circulante	53.744.764	57.104.708	8.095	7.524
Não circulante:				
Realizável a longo prazo	19.071.659	18.974.756	2.433.875	2.135.122
Investimentos	10.977.902	8.396.791	52.416.909	53.067.730
Imobilizado	207.507.063	191.308.239	-	-
Intangível	18.114.144	16.095.817	-	-
TOTAL	309.415.532	291.880.311	54.858.879	55.210.376
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	28.513.757	22.517.296	3.034.221	3.863.490
Não circulante	131.300.152	117.240.949	2.614.566	3.375.244
Patrimônio líquido	149.601.623	152.122.066	49.210.092	47.971.642
TOTAL	309.415.532	291.880.311	54.858.879	55.210.376
Participação - direta e indireta	5,88%	5,88%	17,44%	17,44%
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				